



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MIRANDELA

ATA N.º 4/2026 (Mandato 2025/2029)

SESSÃO ORDINÁRIA

30 de abril de 2026

PRESENÇAS

Presidente: Maria Antónia Albuquerque de Carvalho (PSD)

1º Secretária: Cátia Sofia Ferreira Batista (CHEGA)

2º Secretário: José António Escalhão Mendes (AM)

Restantes Membros:

Ema de Jesus Veiga Vaz Pereira (PS)

Roger do Nascimento Ferreira (PS)

Eliete Margarida Guilherme Lopes (PS)

Francisco José Ferreira Pires (PS)

Maria do Amparo Lopes Serapicos (PS)

Duarte Nuno Teixeira Carneiro (PS)

Carlos Alberto Pinheiro Esteves (PSD)

Gil Fernando Costa Alves Angélico (CDS-PP)

João Pedro de Sousa Ramos (PSD)

Rosa Maria Afonso Pires (CDS-PP)

Membros Ausentes:

Membros Suplentes:

HORA DE ABERTURA

19:00 Horas

HORA DE ENCERRAMENTO

21:30 Horas

LOCAL DA REUNIÃO

Sede da Junta de Freguesia

--- A Senhora Presidente de Assembleia de Freguesia declarou aberta a sessão por haver quórum. -----

1º Ponto – Informações da Mesa;

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- A mesa não tem nenhuma informação. -----

Roger Ferreira (PS): ----- Desculpe eu queria falar, precisava de informações da mesa. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Sim senhor. -----

Roger Ferreira (PS): ----- aproveito já para cumprimentar a Sr. Presidente e os seus secretários, o Sr. Presidente de Junta e o restante Executivo, e todos os colegas e membros desta assembleia e do público em geral. Queria perguntar aqui, porque tem aqui o primeiro ponto de informações da mesa, queria saber uma coisa rápida. Sei que esteve presente, pelo menos alguém da mesa, no Conselho Nacional da ANAFRE, que foi realizado em janeiro, gostava de perguntar quais os membros que foram eleitos pelo Distrito de Bragança, sei que um elemento pertence a esta junta, não sei os outros. -----

Eu gostava de saber quais foram os membros que foram eleitos para o Conselho Geral do Distrito de Bragança. Sei que um elemento desta junta foi eleito para o Conselho Geral foi o nosso Presidente Luís Soares. Se mais alguém foi eleito para o conselho geral, também gostava de saber como foi um Congresso eletivo, qual o nome do novo Presidente do conselho Diretivo da ANAFRE, e se tiverem presente, alguns dos outros membros que fazem parte desse mesmo Conselho Diretivo. Muito obrigado. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Muito obrigada, Senhor Roger. Eu vou dar permissão ao Sr. Presidente da Junta, o Sr. Luís Soares, porque ele esteve presente, eu não estive, por questões pessoais. Quem esteve a representar-me foi a primeira secretária, a Cátia e para conhecimento público, o Sr. Presidente da Junta, neste momento, ocupa cargos tanto distrital como a nível nacional, portanto, eu passo a palavra ao Sr. Presidente da Junta para justificar, as questões que o Sr. Roger pôs agora, neste momento. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Boa noite a todos, cumprimento a Sra. Presidente, senhores secretários, membros da assembleia, cumprimento os colegas do executivo, o público, obrigado a todos por estarem presentes nesta sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de abril. -----
Sobre as questões colocadas, pelo membro Roger Ferreira dar só nota, o congresso da reunião de Portimão da associação nacional de freguesias é um

congresso eletivo. Por norma, existem dois congressos nacionais nos mandatos os órgãos nacionais são vários órgãos, o conselho diretivo, o conselho geral, mesa e o conselho fiscal. -----

A Associação Nacional de Freguesias também se divide por delegações distritais, para quem não tem nenhum conhecimento, o que converte também fazer políticas de proximidade junto às freguesias e estimulação da iniciativa das autarquias locais, nomeadamente através da delegação distrital da Associação Nacional de Freguesias e neste congresso especificamente foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Évora, Francisco Brito, para o Conselho Diretivo e ele é o Presidente da Associação Nacional de Freguesias. -----

Para quem desconhece um pouco, nestes fóruns por norma, a eleição, tanto na Associação Nacional de Freguesias como na Associação Nacional de Municípios, existe um princípio político entre os principais partidos para que possam trabalhar nas listas de órgãos eletivos e foi nessa base que os principais partidos políticos, os mais representáveis, isto é, que têm mais juntas de freguesia, acabam por fazer as eleições. E, por norma, quem ganha mais juntas de freguesia elege o Presidente do Conselho Diretivo, neste caso era o PSD e o segundo partido que tem mais freguesias tem a presidência do Conselho Geral. Depois acabam por fazer alguma distribuição dentro destes órgãos, com vista também, naturalmente, àquilo que seja a representação nacional. Isto é, é importante que nos órgãos eletivos da Associação Nacional de Freguesias estejam representadas, não só Lisboa e Porto, mas que sejam representadas as freguesias de todos os distritos, neste caso, o colega também, Nelson Teixeira, também está no Conselho Geral, ele já estava no mandato anterior, continuamos neste segundo mandato. No que diz respeito à Delegação Distrital, quem detém a coordenação da Delegação Distrital é o colega, o Presidente da Junta da União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, que é o Telmo Afonso. Ele é o Presidente, basicamente é coordenador da Delegação Distrital e também no Distrito chegamos a um consenso para que todos os partidos pudessem vir a ser representados nessa delegação. Tanto que só houve uma lista única a esta delegação. Eu estou na primeira mesa dessa delegação, não estou no Conselho Diretivo da Coordenação Distrital, estão outros colegas do Distrito e neste mandato, tivemos o cuidado de ter todos os conselhos representados nessa delegação, que é o nosso objetivo, para que possamos



chegar com maior conteúdo, maior informação às freguesias. Dar também nota que, neste âmbito, vamos organizar, dia 9 de maio, em Mirandela, um fórum com vista àquilo que é o trabalho das freguesias junto dos fundos comunitários, vamos fazer uns fóruns, vamos reunir aqui as juntas de freguesia do distrito de Bragança e Vila Real. O Presidente da Associação de Freguesias também vai estar cá nesse dia, vão ser Workshops de trabalho para que as juntas de Freguesias possam obter maior conhecimento, maior competência.

E, basicamente, sobre isso é esta informação. -----

Roger Ferreira (PS): ----- Já agora, com licença, por aquilo que eu percebi, e aquilo que acabou de dizer, no distrito de Bragança, só foram eleitos três.

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Sim, em Bragança só são dois, exatamente. O Telmo, que está no Conselho Geral, como é coordenador da delegação, tem assento no Conselho Geral. -----

Por isso, são três membros. Funciona assim, os coordenadores das delegações têm assento nos Conselhos Gerais, por inerência, assim como os membros do Conselho Fiscal. O colega, o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, que está no Conselho Fiscal, também naturalmente tem assento no Conselho Geral, isto é, representados estão quatro. Representa a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bragança, Mirandela, Carvalhais e Miranda do Douro. Muito obrigado. -----

Roger Ferreira (PS): ----- Obrigada. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- não há mais nenhuma questão que queira pôr? Passamos ao segundo ponto. -----

2º Ponto – Ata – Leitura, discussão e votação da ata da reunião de Assembleia de Freguesia do dia 22 de dezembro de 2025;
--

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Leitura, discussão e votação da ata da reunião de Assembleia de Freguesia do dia 22 de dezembro de 2025, alguém quer intervir sobre a ata? Alguma questão? Passamos então à votação. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

3º Ponto – 1.º Período de Intervenção aberto ao público

Presidente de Assembleia de Freguesia(PSD): ----- Neste ponto, o período de intervenção aberto ao público, eu queria fazer aqui um pequeno agradecimento ao Sr. Membro da Assembleia de Freguesia, ao Sr. Roger, que na última intervenção está em ata e eu estou perfeitamente de acordo, lamentava não ter público e que as pessoas não participavam das assembleias e eu corroboro com a sua opinião e pedi à junta, à secretaria, que fizesse uma publicação para que as pessoas tivessem mais visibilidade e uma comunicação mais no Facebook, porque os editais, eu sou sincera, eu não ligo nenhuma a montras. Sou sincera e acho que nós temos novas tecnologias que podem chegar a mais pessoas. E pelos vistos hoje, o senhor pode intervir, e já não precisa dizer que não há público, porque temos aqui a sala bem composta de público. E agradeço ao senhor, realmente chamou-me a atenção e disse realmente, o membro da Assembleia de Roger sou solidária com o seu desalento e, portanto, tomei essa providência. Acho que fez muito bem e agradeço. E, portanto, pergunto quem é que do público deseja intervir neste ponto? -----

Joana Margarida Pequeno Pereira: ----- Ora, então, eu tenho um hotel para cães em Mirandela com quase 28 anos, que fica desviado da cidade. Quase todos os anos peço ajuda à junta para darem um pequeno jeito ao caminho na verdade, entretanto, eu também já falei, os seus homens tentaram fazer o melhor, mas não conseguiram. O caminho está cada vez pior. Aquilo é um caminho público. O canil cada vez que tem mais clientes, clientes fora de Mirandela, que querem ir lá e não conseguem. O caminho está de mal a pior. Queria saber se havia oportunidade de compor aquilo o melhor possível. Para que não tenha de vir todos os anos, Senhor Presidente da Junta pode ir dar um jeito. -----

José Mendes (AM): ----- Sobretudo no inverno. -----

Joana Margarida Pequeno Pereira: ----- O inverno é horrível. Os carros enterram-se lá. Este inverno foi horrível. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Pode mencionar a rua.

Joana Margarida Pequeno Pereira: ----- Aquilo fica no fim de Rua Estanca rios. Em direção à Quinta do Choupim. -----



Pelos vistos, segundo dizem os antigos ali do bairro, uma parte é Estanca rios e depois é Valentisco. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Ok. Bom, Sr. Presidente, tem a palavra. -----

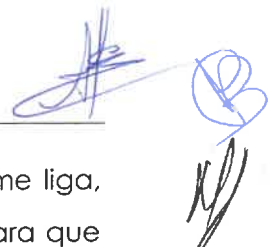
Não há mais dúvidas? Não, parece que não. Ah, há! Aqui. -----

Paulo: ----- Congratulo-me com a honra de ouvir-lhe comentar a proximidade da Junta para com os cidadãos de Mirandela. A iniciativa é boa, parabéns à Junta, ao Sr. Presidente, à Presidenta da Mesa, temos que, parece-me, é importante fazer esta ligação entre a junta e a população. E este método é positivo e convém, do meu ponto de vista, continuar a ser dinamizado no sentido de chamar mais pessoas para quando houver as assembleias para colocar exatamente os problemas. Parabéns a vocês. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Eu só queria dizer, não querendo alargar muito, mas a minha ideia também é essa. É o poder local que tem de estar próximo, acho que as Juntas de Freguesia são mais importantes que as Câmaras, porque a Junta de Freguesia tem a capacidade de estar mais próxima dos fregueses. -----

E é importante as pessoas terem conhecimento e no local próprio apresentarem as suas questões. Porque muitas vezes podem vir aqui tratar de assuntos, como é natural, a junta de freguesia tem várias competências, mas eu acho que nas assembleias é que o cidadão pode vir e expor os seus problemas, as situações que quer expor e está cá o presidente da junta que pode responder diretamente ao freguês e acho que isso é uma mais-valia para todos. Por isso é que acho que a divulgação das assembleias, pensei e que seria assim. Muito obrigada. Sr. Presidente, por favor. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Muito bem, obrigada, Sra. Presidente. Dar, então, algumas notas em relação ao caminho que vai em direção ao Canil, a Joana, é uma nossa freguesa, que tem um equipamento muito importante para a nossa cidade, para a nossa comunidade, para os nossos animais, que acabam a conferir algum movimento para os caminhos públicos, naturalmente, sabemos que têm constrangimentos, foi um inverno muito rigoroso, um inverno muito difícil, com muita chuva, ainda há dois dias tivemos chuva e infelizmente ainda não conseguimos fazer o trabalho necessário que vamos fazer. O Sr. Segundo Secretário, o Sr. José Mendes já tinha



falado dessa situação, mas naturalmente também a Joana quando me liga, estamos sempre muito sensíveis para essas questões e tudo faremos para que aquele acesso, não do ponto de vista definitivo e infraestrutural, isso teria de ser com a integração da Câmara Municipal, mas sim com o colocar lá uma matéria mais pesada, que pudesse ser mais transitável. Mas o que me diz a minha experiência é que infelizmente, passado algum tempo, a chuva regressa e voltamos sempre ao mesmo motivo que diz respeito a esse caminho e a outros, de acessos sobretudo a propriedades agrícolas. Tomei nota e iremos resolver, assim que for possível. Em relação ao Paulo, agradecer o seu contributo, a Junta, naturalmente, é um serviço de proximidade. São todos os órgãos, não só o Presidente, o Executivo, todos os membros, isto é, todos os membros, acho que se devem sentir como membros desta casa que devem trabalhar para todos e não propriamente esgrimir aqui situações eletivas porque as eleições já foram e depois, daqui a 4 anos, podem decidir o seu destino, e eu acho que este sentimento de pertença, é, que também vocês querem resolver os problemas, é muito importante para que nós possamos andar para a frente. Naturalmente, que a nós cabe, dentro dos recursos disponíveis geridos, são sempre limitados, e em relação à proximidade, a Senhora Presidente mandou uma informação para os serviços administrativos. Naturalmente deram-me conhecimento se poderiam avançar, e eu disse logo, claro, naturalmente. -----

Se não foi feito anteriormente, é porque não houve esta solicitação. Os órgãos são diferentes, não é? Mas foi bom. E haver essa indicação, nem precisa dizer. Passa a ser norma, visto que é uma indicação da mesa, e a própria Assembleia naturalmente tem essa autonomia e é bom ver pessoas que estão aqui a acompanhar os nossos trabalhos e a colocar questões, é para isso que fomos eleitos. Fomos eleitos para resolver os problemas dos Mirandelenses, ou pelo menos trabalhar para que esses possam ser resolvidos. Acho que todos temos esse sentimento de tentativa sempre de resolução. Às vezes há situações mais difíceis do que outras, que não dependem só de nós, infelizmente. Mas, pelo menos, alertar, encaminhar, insistir, é muito importante. Eu digo sempre, quem não é visto não é lembrado. Quando os problemas não são de forma frequentemente trabalhados e indicados, eles muitas vezes não são resolvidos. É a minha experiência, 4 a 5 anos que estou aqui, que me diz isso. E no último mandato, houve muitos problemas que só aquela insistência que foram



resolvidos. Lembro-me agora do Beco do Alecrim, que era um problema estrutural de acesso a 4 ou 5 habitações, com grandes conflitos entre os moradores, e só com muita persistência, só com muita persistência, é que foi felizmente resolvida a infraestrutura de acesso àquelas casas. Muito obrigado.

Presidente de Assembleia de Freguesia: ----- Mais alguma questão? Ninguém quer mais intervir no público, então passamos ao quarto ponto. -----

4º Ponto- Período Antes da Ordem do dia;

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- quarto ponto, período antes da ordem do dia, alguém deseja intervir? Ora, João Ramos. Mais alguém? Carlos Esteves. Pode intervir o João. -----

João Ramos (PSD): ----- Permitam-me, Sra. Presidente, cumprimentar todos os membros da Assembleia de Freguesia, assim como o Sr. Presidente da Freguesia o seu Executivo, o público presente. Quero colocar uma questão simples sobre a concessão do bar-quiosque no Parque do Luciano Cordeiro. Quais foram os critérios técnicos e estratégicos que justificaram escolher aquele espaço, quando existem outros pontos da cidade que também precisam de vida, movimento e de atenção. Houve comparação com outros locais onde já existem infraestruturas ao abandono, qual é a visão da Junta para distribuir a dinamização pela freguesia e não a concentrar no centro da cidade? É importante que estas escolhas sejam fundamentadas, transparentes e que se pense na freguesia como um todo. Obrigado. -----

Cátia Batista (CHEGA): ----- Cumprimentar a Sra. Presidenta da Mesa de Assembleia, Sr. Presidente da Junta, Srs. Membros do Executivo, Srs. Deputados, restantes cidadãos presentes e os recursos humanos. Relativamente à proposta de apoio a produtos menstruais, gostaria de questionar sobre o ponto de situação da sua implementação. Sabendo que esta é uma das medidas de impacto direto na dignidade e igualdade das jovens da freguesia pergunto: já existe um fornecedor definido para os produtos? Se já foi escolhido o modelo a instalar nos locais previstos? Quais os espaços concretos onde será feita a instalação e se existe data prevista para o início da implementação? -----
Relativamente à requalificação da rua Regato da Ola, gostaria de obter esclarecimentos concretos sobre o procedimento já realizado. Já foi

formalmente solicitada a Câmara Municipal o apoio necessário para que a Junta possa avançar com a aplicação de alcatrão utilizado? Caso não tenha sido feito esse pedido, qual a razão para essa demora, tendo em conta a urgência da situação, caso já tenha sido efetuado, em que data foi feito o pedido e que resposta foi dada pela Câmara Municipal. -----

Relativamente à caixa física de participação cidadã Voz de Mirandela, coloco as seguintes questões: a caixa, na vertente física, já foi criada e disponibilizada à população? Como será feita a seleção das propostas que transitam para a discussão da Assembleia de Freguesia? E o mais importante, que critérios vão definir quais propostas chegam a esta assembleia? Porque sem a ligação à assembleia, esta ferramenta corre risco de ser apenas um mecanismo de recolha sem verdadeiro impacto político. Obrigada. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Muito obrigada. -----

Carlos Esteves (PSD): ----- Boa noite Sra. Presidente da Mesa de Assembleia, seus secretários, Sr. Presidente, executivo, membros da Assembleia e o público em geral. -----

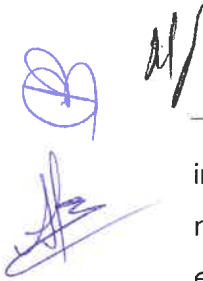
Quero-vos referir que, na continuidade da Assembleia anterior, onde pedi para enviar a documentação com mais antecedência, isso aconteceu para esta assembleia. Quero-vos referir que isso é uma boa prática e espero que se mantenha e, se possível, porque, obviamente, a documentação é extensa e merece que nós consigamos olhar para ela num bom sentido mais crítico e, seguindo, com mais tempo conseguimos fazer isso. Muito obrigado. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Muito obrigada. Mais alguma questão que não ficou esclarecida? Não havendo, passamos então para o 5º ponto. -----

5º Ponto – Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Queira fazer a apresentação Sr.º Presidente. -----

Presidente de Junta de Freguesia(PS): ----- Sobre a informação escrita, ela foi relativa ao período de 30 de dezembro e 21 de abril, cumprindo então, o modelo geral, da atividade da Junta de Freguesia, foi um período de trabalho



intenso, com várias frentes, na área daquilo que é o apoio próximo, ao cidadão, no apoio ao cidadão destacamos o funcionamento do espaço cidadão, que entre 1 de Janeiro a 14 de Abril, registou 239 atendimentos, sobretudo na área dos registos criminais, da segurança social, ADSE, em relação a cartas de condução e serviços públicos, estes são cerca de 667 atendimentos da área administrativa e damos aqui um destaque, houve cerca de 137 documentos de licenciamento. Noutras, ou a maioria, foram pedidos de registos de queimas de sobrantes agrícolas. Esse tipo de serviço, é um serviço que está disponível a qualquer popular, isto é, em termos de registo, mas temos muita procura por parte da nossa população, sobretudo da nossa população idosa, que nos procura para ajudar no registo, para que não exista nenhuma complicação quando queimam algum sobrante. Fizemos cerca de 108 apoios, 108 registos, e estes 108 registos não é cobrado qualquer taxa. Isto é um serviço 100% gratuito para a nossa população, que muitas vezes não é só a nossa população que nos procura, mas sim a população do resto do conselho. Na área social, a Junta manteve a resposta concreta junto da população mais vulnerável. Aliás, tivemos o apoio junto da Cruz Vermelha Portuguesa para continuar a reforçar aquilo que são os cabazes alimentares e alguma sinalização que possamos fazer de algum agregado familiar. Estamos a fazer um apoio de cerca de 1.200 euros por ano para esta atividade e aderimos àquilo que é o nosso sistema, já ouviram falar, da botija solidária, que tem a ver com a participação financeira para o pagamento, ou para a comparticipação do pagamento, para quem compre gás engarrafado. Neste período realizamos cerca de 77 atendimentos, processamos 77 processos, deu um total de um bolo direto às famílias de cerca de 1005 euros. Aqui nesta área, mais uma vez, não só fazemos o atendimento dos residentes da nossa freguesia, mas como qualquer pessoa que nos procura para desde que tenha reunido aos critérios, passamos a submissão da candidatura. Também tem a oportunidade de ver, no documento, aquilo que foi algumas obras de proximidade, onde qualificamos uma escadaria, era um problema que já estava ali algum tempo, uma escadaria no São João, um trabalho manual feito pelos nossos trabalhadores, que, aliás, agradeço muito a disponibilidade e a vontade com que eles desempenham os trabalhos. Continuamos com os trabalhos de limpeza urbana, reforçamos o planeamento com as nossas equipas operacionais, com a digitalização das tarefas e com

aquilo que é a previsão do seu trabalho diário e semanal, que é um instrumento de muita relevância e impacto para a produção dos nossos trabalhadores e, naturalmente, continuamos com os programas, quer seja, as iniciativas de Natal, os concursos de Natal, as montras de Natal, as arvores de Natal, que tiveram bastante participação em toda esta atividade e fizemos há pouco tempo, já tínhamos feito ano passado, este ano voltámos a repetir a emissão, que foi o Folar em Família, na segunda-feira, depois da Páscoa. Confesso que estávamos um bocadinho, reticentes para perceber se aquilo ia ter um impacto positivo ou não. No ano passado tínhamos feito um domingo, tínhamos adiado por causa das condições atmosféricas de uma segunda para o domingo e ficávamos sempre na dúvida se iria resultar, se o investimento que colocamos nessa iniciativa, para terem noção o investimento foi na ordem dos 7.500 euros aproximadamente, se iria ter um impacto positivo junto da população por causa do dia em concreto. -----

Porque havia muitas pessoas a trabalhar. Infelizmente, acho que isso resultou bem. E o nosso objetivo era rever as memórias de se ir comer o Folar, com as famílias, com as nossas crianças, neste caso, foi para a Zona Verde, antigamente iam para o Campo de Aviação, para as Latadas, mas ali o meu colega de executivo, o Vítor, que já tem mais idade do que eu, ainda tem memória de ir também para aquela zona do Rio há mais anos. Por isso, quisemos reaver, esta tradição, que é uma tradição Mirandelense, acho que foi bem conseguido. Por isso, a informação creio que seja bastante, dentro do que é a nossa possibilidade, que é bastante completa e está disponível a todos os membros, naturalmente estou disponível para qualquer tipo de questão. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): -----Alguém quer intervir sobre a informação? -----

João Ramos (PSD): ----- Renovo os cumprimentos. Na informação do Presidente, apresentada, o Sr. Presidente, no fim, não foi mencionado agora, mas está lá escrito, diz que a reabilitação dos passeios do bairro do Sardão e Rua de Santa Catarina e a remoção das estruturas ilegais, como casas, veículos, são uma prioridade. Sendo assim, que competências tem a Junta para remover estruturas ilegais, como as casas e os carros? A Junta pode agir sozinha ou depende de outras entidades? E que contatos já foram feitos? Que ações já começaram? Qual é o plano de intervenção? Vai haver intervenção direta da





Junta ou está tudo dependente da Câmara? Quem é que vai resolver o problema que já é de saúde pública? Obrigado. -----

Roger Ferreira (PS): ----- É uma coisa muito rápida logo na página número dois, diz atividades iniciativas, e depois tem aqui afixado que nos diz feira semanal e de ano. E depois sexta-feira, feira semanal. Serão dois, não percebi. A feira semanal é a quinta-feira. -----

Certo? A feira de anual, não fala aqui nada. Penso que deveria ter sido algum lapso. Era só este esclarecimento. -----

Cátia Batista (CHEGA): ----- Em relação ao foliar em família, porque é que escolheu a pastelaria Papo de Anjo e não outras? É a minha questão. -----

Carlos Esteves (PSD): -----Renovo os cumprimentos, uma explicação muito direta do que se fez na junta, poder referir com uma nota muito positiva aquilo que se fez no bairro onde compuseram as escadas, realmente aquilo não é, para muita gente, mas resolveram o problema daquelas pessoas em concreto. Já agora só perguntar por uma questão de comparação, já vão perceber a seguir, quanto é que se gastou a compor aquilo. Porque é preciso também denotar que é com os trabalhadores da junta que se faz isto. E é preciso dar os parabéns a estas pessoas por colocarem, o bom gosto, do trabalho que fizeram, que apesar de não serem os profissionais extraordinários, fizeram um trabalho muito bom. -----

Em várias iniciativas que tiveram, e para mim essa é mais essencial, a outra é a ajuda com a Cruz Vermelha, que é a ajuda direta à população que necessita e já agora no foliar que também tive a oportunidade de visitar e participar já nos disseste a verba que foi gasta, e daí tentar saber quanto é que foi gasto nas escadas, vamos fazer uma comparação, que no nosso entender, embora as festas sejam necessárias, ajuda a população para resolver problemas, para nós é o mais essencial. Embora este convívio seja muito importante, é preciso conjugar as duas coisas de uma forma mais equitativa. Obrigada. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela (PS): ----- Sobre a Rua Santa Catarina, arruamentos do Bairro do Sardão. Este é um dos assuntos mais preocupantes, mais preocupantes que está, acreditem em mim, mais preocupantes está na ordem do dia. Eu tive a oportunidade de ter uma intervenção muito extensa sobre esta temática no Conselho Municipal de Segurança, porque me preocupa cada vez mais, já me preocupava



anteriormente, mas cada vez, aquela situação está a deteriorar-se a cada dia que passa. Naturalmente, nós não falamos só no Conselho Municipal de Segurança e falamos naquilo que seja as várias intervenções que temos com o Executivo Municipal para que possa resolver este problema que também não depende só da estrutura da Câmara. -----

O Bairro do Sardão, A necessidade de reabilitação dos arruamentos, dos passeios, tudo precisa de uma intervenção estrutural, estão muito degradados. Da mesma forma que foi feita no bairro de Vale da Cerdeira, a mesma linha de pensamento, não pode ser uma coisa ad hoc, tem de ser uma coisa bem trabalhada, tem de ser algo estrutural e não um mero penso rápido. E depois a ocupação daquele terreno privado junto do Centro de Saúde II, é algo que, a mim, pessoalmente, me aflige todos os dias. Do ponto de vista da competência, a nós cabe-nos alertar a câmara, porque, especificamente, a intervenção numa área privada compete à Câmara. Fazer a posse do terreno da área administrativa. Isto é, o que é que eu tive a oportunidade de dizer ao executivo da Câmara? Eles têm de trabalhar naquilo que é a notificação do proprietário da informação que tenha o proprietário que tem mobilidade reduzida, não existe uma autorização formal daquela ocupação, mas existe um edificado neste momento. Não é só ocupação. Aquele terreno, que é terreno privado, tem edificado, e se tem edificado, tem infraestrutura. Se tem infraestrutura, a Câmara tem de fazer a notificação e tem de fazer a posse administrativa do terreno. E têm de limpar aquilo. É aquilo que tem de fazer. Não há volta a dar. Eu, se tivesse competência, vos garanto que o fazia. Agora, não depende só de mim. Vocês têm de entender que não depende só de mim. Agora, depende de mim continuar a insistir para que aquele problema seja resolvido. E tem de ser resolvido. Tem de ser. Aquilo não pode continuar assim. Vocês já se aperceberam? Já olharam para o equipamento que está lá, que é um depósito de água? É um depósito de água. O depósito de água à volta só tem lixo? Só tem lixo. -----

O caminho tem de ser, a notificação, é claro que isto, vocês têm de ver que também existem aqui outras questões. Que é, ok, vai-se fazer posse administrativa do equipamento ou daquele terreno e eles depois vão para onde? -----



Vão-nos ocupar o quê? Qual é depois o segundo passo? Certo? Porque eles vão para algum lado, saem dali e vão para algum lado. E vocês convençam-se disso. Agora é assim, também não fazer nada, custa. Na reunião do Conselho Municipal, nós vamos voltar a ter uma reunião dia 6 de maio, vou outra vez reforçar junto do Presidente da Câmara, acreditem em mim, que tenho insistido para que se resolva aquele problema, tenho insistido, já houve uma reunião com a Polícia de Segurança Pública, porque isto tem de ser consertado. Não pode ser uma medida leviana. E vocês sabem que as posses administrativas também não são processos fáceis. Mas tem de se fazer alguma coisa, senão daqui a bocado é só barracas lá. Tem edificado. Se tem edificado, tem de tomar posses administrativas do terreno e limpar. Porque existe um regulamento municipal que permite esta tomada de posição. Do ponto de vista legal, existe possibilidade. A nós cabe-nos, fazer este trabalho. Mas vocês também, e agradeço, que vocês também o façam, que é muito importante. Esse trabalho de informar estas questões são muito relevantes e obrigado, João, por teres trazido cá. -----

Sobre o membro Roger Ferreira, aquilo que está na informação, é uma imagem que foi colocada, eu já coloquei aqui esta questão, acho que a Assembleia tem de se pronunciar porque me têm colocado muito esta questão e porque não ser uma decisão até da Assembleia, não sei de que forma, pelo menos alguma recomendação, não sei, nós temos de tomar uma decisão importante. E nós, executivo, podemos-la tomar, não é? Se for consonante com a Assembleia, estaríamos mais reforçados. Nós temos de decidir, se queremos manter a feira no feriado, se queremos manter a feira no feriado, que era a minha intenção desde que temos a gestão da feira desde 2023, ou se vamos manter a passagem da feira para sexta-feira, que é o que está no regulamento. O que está no regulamento é que, quando existe um feriado na quinta-feira, esta passa para sexta-feira. -----

E o Sr. Presidente da Câmara é da opinião que se mantenha na quinta-feira. Eu também sou da opinião que se mantenha na quinta-feira. -----

Mesmo sendo feriado. Contudo, existem alguns expositores que não querem que a feira se mantenha na quinta-feira e preferem que esta passe para sexta-feira. Algumas localidades estão neste momento a optar por o dia da feira, que calha na quinta-feira, seja feriado ou seja dia santo, é nesse dia que se organiza.



Por isso é que às vezes vocês veem quando as feiras se aproximam, quando existe depois a Feira de Ano e a Feira do dia 23, que essas estão previstas em regulamento. -----

E às vezes ela aparece uma feira na terça-feira e aparece uma feira na quinta-feira. Isso não aparece lá por nada. Aparece porque existe uma tradição, uma prática e está vertida no regulamento que isso aconteça. Agora, pode-se fazer essa alteração. E também, se vocês partilharem a vossa opinião, seria importante. -----

Eu acho que faz sentido, embora os operadores económicos do mercado, uma vez fizemos um estudo, tínhamos cerca de 90% de aceitação de manutenção da feira na quinta-feira, nos feirantes da Reginorde, e esta vontade não é a mesma dos operadores do mercado. Porque elas são coincidentes, não são isoladas. São coincidentes. É uma decisão difícil, mas penso que também, às vezes, se vos questionarem, mas porquê na terça e não à quinta? Está a vertido no regulamento, se depois mudamos ou não, deixo à vossa consideração e se quiserem emitir opinião, naturalmente, estou aqui disponível para receber os vossos comentários. -----

Sobre a questão da Cátia falou-nos da questão das pastelarias. Nós não contratamos só uma pastelaria. Contratamos 5 ou 6 pastelarias. Mandamos fazer cerca de 1.200 folares e dividimos esses 1.200 pelas 6 pastelarias da cidade que estariam disponíveis para realizar por aquele preço daquela tipologia de folar e naturalmente não foi só uma. -----

Mas houve mudanças em relação ao ano passado. Não foram as mesmas. foram 6 pastelarias, não foi só uma. Em relação ao Carlos, sobre as escadas. Qual foi a nossa dificuldade? Também temos dificuldades, não é? Bem, nós fizemos a obra, não é? Tínhamos a betoneira, mas depois não tínhamos um gerador para ligar a betoneira. E pronto, vamos comprar uma betoneira e vamos comprar um gerador para este tipo de situações. É verdade que às vezes depende muito da perícia dos trabalhadores, porque é preciso também motivá-los para que eles possam fazer algumas coisas. Eles têm muita competência, mas às vezes também é preciso dar-lhes isso uma força, um sentido, o que falta naquelas escadas é o corrimão já foi adjudicado ao ferreiro para colocar o corrimão, porque as escadas têm uma grande inclinação, ele



ficou de colocar lá esse equipamento, mas os gastos, não tenho presente, naturalmente, mas foram gastos residuais, porque era só o cimento e o resto foi tudo emprestado, basicamente. Obrigado. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Mais alguém quer intervir sobre este ponto? -----

Cátia Batista (CHEGA): ----- podem dizer-me quais são as 6 pastelarias? ----

Paula Neves (PS): ----- Pastelaria, Papo de Anjo, Joaninha, Confeitaria, Tadeu, Princesa e Rita Beira da praça. -----

Carlos Esteves (PSD): ----- Já agora, estendam isso a mais duas ou três que são da cidade e se queixaram, não é por mais duas ou três, dividimos por toda a gente. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PSD): ----- Deixem-me só vos dizer uma coisa. Nós o que gastamos mais naquele dia, não foi com os folares, propriamente dito. Contrariamente ao que parece. Não foi. Foi com as diversões das crianças. Foi o nosso maior investimento, porque são equipamentos muito caros. E eu creio que foi cerca não tenho bem presente, 4.500 euros, à volta disso. -----

Custaram as diversões, depois houve o custo com o conjunto, acho que foi 700, 800 euros, assim qualquer coisa e depois, o restante, não tenho presente, mas se pretenderem, nós podemos procurar. Temos tudo isso documentado naturalmente. Podemos, portanto, informar o valor concreto. O bar, o ano passado, tínhamos feito com o Moto clube, este ano fizemos com o Sport Clube e para o ano vamos pedir a outra coletividade, caso voltemos a organizar, pode ser rotativa, a menos que não possam ou não queiram, porque às vezes não têm o equipamento. O Moto clube tinha equipamento. O Sport clube também tem a sua barraquinha e o Presidente disse, vamos sim senhor e depois há outros que não terão essa facilidade. Então, tem de se fazer a votação, porque acho que ali tem uma fonte de receita interessante. Muito bem, obrigado. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Não há mais nenhuma questão. Passamos ao ponto 6. Apreciação, votação, documento de prestação de contas. -----

**6º Ponto – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas
(Conta de Gerência e Relatório de Gestão 2025), nos termos da alínea b) do
n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**



Presidente de Assembleia de Freguesia: ----- Alguém quer intervir? -----

Gil Angélico (CDS-PP): ----- Cumprimento a Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia da Freguesia, Excelentíssimos Srs. Secretários, Excelentíssimo Sr. Presidente da Junta, ilustre membros do Executivo, restantes elementos da Assembleia de Freguesia, colaboradores da Junta da Freguesia e ilustre público. Os eleitos do CDS-PP vêm assim fundamentar o seu sentido de voto relativamente ao documento de prestação de contas. Pautámos a nossa intervenção pelo compromisso com os Mirandenses, pelo rigor das contas públicas e pela exigência de uma gestão que sirva às pessoas e não apenas da sobrevivência da estrutura autárquica. Para nós, não é um exercício de ficção contabilística, mas sim um contrato considerável. Analisando o documento, verificamos que embora as despesas correntes, ou ditas do funcionamento, tenham uma execução elevada de 96,85%, as despesas de capital, que se referem ao investimento, ficaram pelos 77,64%. Vários projetos do Plano Plurianual de Investimento, chamado PPI, tiveram uma execução 0% em 2025. É disso exemplo a reparação e construção de muros, embora tivesse dotação de 11.250€. A Rúbrica Parques e Jardins que executou apenas 5,87% da sua dotação orçamental. E a Rúbrica Equipamento Administrativo com uma taxa de execução de 15,75%. O Executivo revela-se bom a pagar salários e despesa corrente, mas demonstra incapacidade de concretização nas obras prometidas à população. O peso esmagador da despesa corrente de mais de 1,2 milhões de euros, face ao investimento do valor real, revela uma estrutura pesada e pouco ágil. Não podemos dar o nosso voto favorável a uma gestão que prefere o acessório ao essencial. Pelo respeito que nos merece o dinheiro dos contribuintes e pela urgência de uma Mirandela com mais obra e menos propaganda, o CDS vota não. Obrigado. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- não havendo mais intervenções passo a palavra ao Sr. Presidente. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Muito obrigado. Passo a palavra ao tesoureiro. -----



Filipe Nascimento (PS): ----- Boa noite a todos, Sra. Presidente da mesa de Assembleia, secretários, caros membros do executivo, membros desta Assembleia membros do público e caras colaboradoras. Dizemos que, de facto, nós submetemos esta Assembleia à apreciação do relatório de contas da Junta de Freguesia. Este documento foi elaborado nos termos legais aplicáveis, em conformidade com o sistema de normalização contabilístico para as administrações públicas. Dizer que o facto de a Junta de Freguesia ser uma micro entidade ela apenas versa sobre a norma contabilística nº 26, que é a contabilidade e fator orçamental, que beneficia, assim, do modelo do plano financeiro simplificado. Apesar de 2025 ter sido um ano marcado por custos acrescidos, instabilidade dos preços de energia, dos combustíveis e dos bens e serviços, como todos bem sabemos, os números acabam por ser claros. As demonstrações orçamentais, cada receita, cada despesa, tiveram níveis bastante elevados. Na receita, o total executado atingiu mais de 1.200.000€, corresponde a uma taxa de execução de cerca de 95% e a despesa ascendeu a 1.259.000€, representa uma execução de 94%. Dizemos que, ao longo dos anos, tem-se verificado uma evolução positiva naquilo que é a execução orçamental da Junta de Freguesia. De 2023, em relação à execução da receita, passou de 91% para 95% este ano, e em relação à despesa, de cerca de 88% para 94%. Isto significa que a Junta está a trabalhar melhor, a executar melhor e a aproximar cada vez mais o orçamento aprovado da realidade concretizada. Importa destacar, do lado da receita, as despesas correntes que constituem a principal fonte de financiamento da Freguesia. Destaca-se ainda as receitas próprias, desenhada em taxas de mercados, ocupação de via pública, prestação de serviços e receitas associadas às festas da cidade. Do lado da despesa, importa destacar a forte execução da despesa corrente, efetivamente com 96%. Dizer-vos também, em relação aos investimentos, e como um membro desta Assembleia estava a dizer, de facto, a execução da despesa de capital rondou os 77%, isso pode ser explicado pelo facto de dependermos muitas vezes de procedimentos, de financiamentos, calendarizações de alguns mapas de investimentos que não nos permitem, de facto, executar. Importa destacar que a Junta de Freguesia cumpriu aquilo que é a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente bruta foi superior à despesa corrente, ou seja, as receitas conseguem ser suficientes para cobrir



as despesas e encerrou o ano com um saldo de gerência de cerca de 12.652,99€. importa destacar também que foi cumprido a lei dos compromissos e dos pagamentos de atraso, tendo os compromissos sido assumidos dentro dos fundos disponíveis. Também, realçar que este relatório não é apenas um documento contabilístico, é expressão financeira de uma estratégia política, forçar os serviços públicos de proximidade, apoiar as associações, assegurar a capacidade operacional, valorizar o território, garantir a limpeza urbana, investir em equipamentos e manter uma junta financeiramente equilibrada. A junta de freguesia encerra o ano de 2025 com contas equilibradas, com capacidade de resposta, com cumprimento legal e com uma trajetória de melhoria em execução orçamental. Por isso, este relatório deve ser lido com bastante rigor, efetivamente houve aqui bastante transparência, responsabilidade naquilo que foi a demonstração das contas. E por isso, caros membros, submetemos e apresentamos assim, para a apreciação, com sentido de responsabilidade e com convicção, 2025 reforçou a liberdade financeira e institucional da Junta de Freguesia de Mirandela. Por este fundamento, trouxemos a assembleia a apreciação e aprovação, nesse caso, a apreciação de contas 2025. Muito obrigado. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Sr. Tesoureiro, muito obrigado pela informação precisa. Ele esteve a analisar, não fosse ele da área, da área da economia, uma pessoa que lida com números, que lida com instituições. Dar só aqui duas ou três notas sobre a prestação das contas, que é muito importante. -----

Primeiro, a Junta de Freguesia de Mirandela tem aquilo que é as suas obrigações em termos de pagamento aos seus fornecedores praticamente a zero dias. -----

Isto é muito importante. Isto é muito importante. E deve-nos honrar, não só ao executivo, mas naturalmente a vocês que são órgão de fiscalização. -----

Segundo, eu acho que nós não podemos ter memória curta sobre aquilo que era o histórico das execuções orçamentais das juntas de freguesia, da Junta Freguesia de Mirandela. Eu por acaso tive a oportunidade de ver, de olhar para 2016, em que o orçamento rondava os 180. Acho que a nossa Presidente estava na mesa, acho que era a 1ª secretária, a taxa de execução era de 80%, foi de 80% a taxa de execução. Nós estamos a falar de taxas de execução de 95%,



acima de 95%. E agora abro um parêntese, acima de 95% sem revisão orçamental. Nós não fizemos nenhuma revisão orçamental, isto é, não deflacionamos nenhum orçamento. Nós vamos trazer aqui uma alteração modificativa, vamos aumentar o orçamento. Podíamos chegar a dezembro, como a maioria das autarquias locais, o que é que fazem para ter taxas de execução altas? Fazem uma deflação ao orçamento. Isto é, perdem uma receita. Também é lícito, se eu tenho um investimento, e tenho a possibilidade de o concretizar em 2025, ele, afinal, não vai ser concretizado por algum motivo, ou porque não tem o receio, ou porque o procedimento ficou certo, etc. ----- É lícito fazer aquilo que é uma deflação ao orçamento. E, neste sentido, nós, em 2015, tínhamos uma taxa de execução que abandonou os 80 e mais por cento. E de PPI, o PPI tem uma taxa de execução de 56% em 2015 na altura estava o PSD na Junta de Freguesia. -----

Não estou a criticar, atenção, só estou a constatar números, realidades que estavam aqui presentes. O PPI de 2015 rondava os 14.000, 15.000 euros. ----- Nós não podemos encontrar aumentos de capital, nós não podemos ir aos aumentos de capital sem trabalhar na receita, ok, eu aumento a receita, mas a receita se tem um fim, ela vai ser impulsionada para aquilo que seja a prestação de trabalho da junta. Se eu conseguir aumentar a receita, que possa ser vertida em capital, aí sim vou ter uma maior execução do PPI. Certo? Mas em todo o caso foi cerca de o nosso PPI em 2025 foi cerca de 77%. Mas eu realço que a execução, que é isso que interessa, a execução tanto da receita como da despesa, tem uma taxa elevada, nós consideramos na administração pública taxas aceitáveis de execução acima de 85%. Quando são abaixo, significa que a prestação de contas, merece alguma atenção, isto é, alguma coisa está vertida no orçamento que não devia lá estar, que não devia lá estar, para ter taxas de execução tão baixas. -----

Felizmente, a Junta de Mirandela tem tido sempre taxas superiores, acima de 85%, o ano passado calhou de não fazermos revisão orçamental, mas poderia ter acontecido, não estamos isentos naturalmente, quando o instrumento financeiro aumenta consideravelmente, isto é, se passarmos de 200 mil euros para 1 milhão e 500 mil, significa que as margens são mais difíceis de conseguir. Mas o que eu quero dizer é que em 2025, felizmente, cumpriu-se aos fornecedores, cumpriu-se com as nossas obrigações e pudemos deixar-vos

muito satisfeitos, pelo menos não seja pela taxa de execução, que possa levar a algum tipo de preocupação, porque o histórico anterior também não era muito aceitável, e nós não estamos a falar agora de taxas de execução de 95%, mas acho que o Sr. Tesoureiro, o Dr. Filipe, trabalhou bem o documento. É uma pessoa da área, uma pessoa que conhece. Agradeço muito o contributo que nos deu e o recolocar este documento no papel para que este órgão possa fazer a apreciação devida. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Eu gostaria, já que fui chamada a equação é natural que o Sr. Presidente tenha aí tanto revisto, mas comparar 2015, 2016 com 2025, é assim uma coisa gigantesca, não é? As competências que a Junta tem hoje, o equipamento que a Junta tem hoje, as competências que tem hoje, não tem nada a ver. A Junta de Freguesia, algumas pessoas estavam aqui na altura, sabem que era mais ou menos passar declarações, a licença do gato, do cão, das galinhas, que havia licença de galinhas, para ter galinhas era preciso ter uma justificação da junta. Exatamente. Ficam aqueles antigos como eu sou muito antiga nestas, a minha mãe tinha três galinhas e eu fui à junta declarar e quando as matei tive que lá dizer que já não tinha as galinhas. Quem que sabe e é do meu tempo sabe que era assim. E, portanto, a junta funcionava mais ou menos como nada. Quem tinha competência era a câmara, as pessoas que se dirigiam lá, era mais ou menos olhe, ajude-me a pagar a água, ajuda-me a pagar a luz, dê-me dinheiro para pagar, dinheiro para comprar uma botija de gás. Não havia o sistema que há agora, as coisas mudaram muito. Felizmente, temos outras condições de apoiar os fregueses e de atender às pretensões que muitas vezes chegam, porque eu já disse até ao Sr. Presidente, qualquer dia a Junta tem mais competências que a Câmara. A nível do pessoal, do material, de equipamentos. Não, antigamente não havia nada que a Junta pudesse fazer que não fosse dependente. Nem uma obra podia fazer praticamente, não é? Portanto, sim, mas de qualquer forma eu acho que não há, o senhor presidente, sim senhor, fez muito bem ir aos arquivos, até fico muito contente, tinha visto lá os meus dados, como secretária, oito anos, mas realmente eu também reconheço que era a junta de Freguesia em 2015, que eu frequentei desde 2009, portanto aquilo não se equipara nada, com o que é hoje, e realmente o senhor presidente hoje tem um manancial de capacidades que nem sonhar, naquela



altura, não sonharam poder ter. Pronto, mas agradeço a explicação e a comparação. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Mas não é uma percentagem.

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Certo, mas ter esse tipo de comparação eu acho que não é muito justo, mas estou a perceber a análise, não se pode estar a ver as competências que a Junta tem hoje e o que recebe nem sombra, nem pensar a nível de funcionários, a nível de equipamentos, não tínhamos nada, nem um varredor. Inclusive havia uma questão que se podia resolver, que agora se pode resolver aqui na Junta e na altura tínhamos de solicitar a Câmara, por isso agradeço ao Sr. Presidente ter ido rebuscar os rascunhos. Obrigada, mais alguém quer pôr alguma questão?

Carlos Esteves (PSD): ----- Uma das formas do orçamento poder existir de uma outra forma, além da deflação, é na inflação. Podemos deflacioná-lo ou inflacioná-lo. Daí podemos ter uma taxa de execução maior ou menor conforme nós tivermos mais despesa ou mais receita. É assim que ele vai funcionar. Na altura, em 2015, não existia isso, não há comparação possível, mas o que existe aqui, e ainda bem que trouxeram aqui esta assembleia para nós podermos discutir, são mais de um investimento que eu preciso fazer, e é uma opção política, é um investimento em que, mais uma vez, vamos investir em material para sapadores, essencialmente. -----

Voltando outra vez, num lado, vocês aumentaram à receita que sabem que vão ter, que é uma previsão, que se vai fazer, vai rodar. Outra forma é inflacionar. E quando existir uma deflação, em outros sistemas, nós fazemos esta inflação. Eu não queria pegar neste assunto, porque é um assunto que nós podemos debater mais tarde. Está tudo em questão, pois, no final do ano, podemos ver o que é que aconteceu, que é tudo uma previsão. É daí que se chama orçamento. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Posso Sra. Presidente?

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Sim, sim, pode Sr. Presidente.

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Deixem-me só apontar uma nota. Os orçamentos são as previsões para todos. O orçamento é uma previsão daquilo que se pretende fazer. É um instrumento previsional, não é um instrumento, é claro que quem o fizer, e eu já tive a oportunidade de fazer

alguns. Existem receitas fixas, essas não há dúvida, ok? Pois existem receitas notáveis, como despesas, agora, permita-me que eu possa discordar, é muito mais fácil gerir um orçamento de 200 mil euros do que um orçamento de 1 milhão e quinhentos mil. -----

Logo aí podia trazer aquilo que seja taxa de execução mais alta porque a execução seria muito mais fácil de ser alcançada. Mas nós só chegamos a estes valores porque há trabalho. Não chegamos porque não há trabalho. Parece-me que temos de ter algum grau de satisfação e, naturalmente, ter o órgão que vocês representam é um importante órgão de fiscalização, mas, na realidade, os números são estes. Não existem outros. São os que estão aí. E as taxas não enganam ninguém. As taxas são superiores a 95%. Obrigado. -----

Carlos Esteves (PSD): ----- Só vamos dizer. Não, concordamos. Estamos em desacordo com algumas coisas. Congratulo que a Junta tenha pagamento a curto espaço de tempo e que não se fique a dever às pessoas. Isso é ponto de notar que é um ato positivo. De outra forma, estaríamos aqui a debater que existiria muito trabalho, mas depois o pagamento não existiria. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Passamos a votação, quem vota contra? -----

DELIBERAÇÃO: Rejeitada, com 6 votos a favor dos membros que representam o partido PS, 6 votos contra dos membros do partido AD/PSD, CDS-PP e Chega e 1 abstenção do membro do partido Amar Mirandela, nesta Assembleia de Freguesia. -----

Verificado o empate, a Presidente da Mesa exerceu o voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do art.º 54.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, votando contra, pelo que a proposta foi rejeitada. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Sr. Presidente, quer fazer alguma declaração? -----

Carlos Esteves (PSD): ----- Quero fazer uma declaração de voto. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Há, sim. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Deixe-me só dar aqui uma nota a votação, faz-se com votos contra, abstenção e votos a favor, não é? Eu não ouvi aqui os votos a favor em termos de condução dos trabalhos, dar essa nota. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Na última reunião perguntei quem vota a favor e disseram-me que não era preciso, mas quem está a favor? 6, está confirmado. -----

Carlos Esteves (PSD): ----- Votamos contra a apreciação de contas, a prestação de contas continuamos a ter uma despesa em material em recursos humanos exagerada relativamente àquilo que devia existir, é uma opção política. -----

Colocar mais equipas de sapadores a trabalhar, nós estamos contra esse tipo de intervenção que está a fazer. Nós estamos de acordo e julgamos que, se estes tipos de situações não tinham de estar aqui na Junta, já foi referido na assembleia passada, havia estas despesas que iam continuar a aumentar.

Isso que estamos falando. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Mais alguém quer fazer uma declaração? -----

Portanto, encerrado este ponto, passamos ao ponto 7, apreciação e discussão da votação da primeira revisão modificativa do Orçamento de 2026. -----

7º Ponto Apreciação, discussão e votação da 1.ª revisão modificativa do orçamento de 2026, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
--

Rosa Pires (CDS-PP): ----- É a minha primeira intervenção numa Assembleia da Freguesia ou em qualquer outra Assembleia, porque é a primeira vez. -----

Começo a saudar a excelentíssima senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, a excelentíssimos secretários e a excelentíssimo senhor Presidente da Junta e muitos membros do Executivo da Assembleia e ilustre público. A nossa posição sobre a primeira alteração modificativa ao Orçamento de 2026 reflete uma profunda preocupação com o gasto deste Executivo, que opta por reforçar rubricas discricionárias em detrimento e o planeamento rigoroso. Votamos contra esta alteração por considerarmos inaceitável o reforço de 7.500€ na rubrica genérica de iniciativas da freguesia elevando-se a custo total para 20.000€, sem que a população conheça o destino ou benefício concreto deste dinheiro público. -----

Enquanto o Executivo se apressa a inscrever reforços para outros investimentos e despesas de apoio técnico, a realidade da execução 2025 já nos provou que

estas regras raramente se traduzem em obra feita, servindo apenas para enrolar o orçamento no papel. -----

Não podemos sancionar uma política de gestão que prefere a despesa de visibilidade política em vez de canalizar recursos para a resolução dos problemas estruturais da freguesia. Esta alteração orçamental demonstra que a prioridade deste executivo é manter a sua máquina administrativa e não servir os reais interesses dos cidadãos de Mirandela. -----

Por este motivo, ou seja, por estes motivos, recusamos validar um documento que aprofunda a falta de transparência e o desequilíbrio entre os gestos, peço desculpa, lapso da minha parte, entre os gastos, funcionamento e o investimento real. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Mais alguém quer intervir? Sr. Presidente? -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu acho que, das duas de uma, olharmos para documentos orçamentais, é importante perceber o que é que se está a falar, é importante olhar para eles com olhos de ver, do lado da receita, do lado da despesa, nas rubricas que são reforçadas. Nós estamos a falar de um orçamento que engloba o saldo de gerências do ano transato, e este está no saldo de gerência, ele estava aqui neste documento de receita, e a questão de reforço, quer seja reforço de rubricas muito importantes, que têm a ver com despesas, naturalmente, com o pessoal, exatamente, é uma componente importante e canalizar verbas para esses compromissos. Canalizar verbas para esses compromissos face à nossa previsão de receita. Se nós não conseguirmos alterar, nós não vamos conseguir canalizar essa verba e vai nos fazer falta uma ampla componente de capital. Isso é o primeiro ponto. Acho que é importante vocês terem estas noções. Exatamente o que reforça mais não são as iniciativas da freguesia, são iniciativas que o Executivo organiza. Isto é, o Executivo, não é o executivo é a junta, como por exemplo foliar em família, a questão dos passeios sénior, a questão de outras iniciativas que vamos organizar ao longo do ano, que naturalmente elas precisam de ser reforçadas para englobar o quê? Um saldo de gerência orçamental. O saldo da gerência orçamental. Se não for canalizada, ela vai fazer falta em outra componente, que depois vai fazer falta na componente do capital. Era só isto. Obrigado. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Vamos passar a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? O meu voto de qualidade é contra. -----

DELIBERAÇÃO: Rejeitada, com 6 votos a favor dos membros que representam o partido PS, 6 votos contra dos membros do partido AD/PSD, CDS-PP e Chega e 1 abstenção do membro do partido Amar Mirandela, nesta Assembleia de Freguesia. -----

Verificado o empate, a Presidente da Mesa exerceu o voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do art.º 54.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, votando contra, pelo que a proposta foi rejeitada. -----

O Carlos vai fazer uma declaração de voto. -----

Carlos Esteves (PSD): ----- Votamos contra. Este orçamento, na sequência da votação anterior que fizemos no orçamento passado, exatamente com as mesmas razões que fizemos na posição anterior. O aumento das despesas dos sapadores está a levar a Junta a ter um aumento de gastos imenso. É a minha interpretação dos documentos que me chegaram. Não ponho em causa os gastos com software, gastos que vão ter mais com gasolina. Estou a pôr em causa exatamente isto, que são que não deviam aqui pertencer. Acho bem que possa ter uma equipa, mas começar a ter tanta gente a trabalhar no setor dos sapadores é um problema. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Posso? Está. Não há mais intervenções? -----

8º Ponto – Apreciação do Inventário de bens da Junta de Freguesia de Mirandela, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Alguém quer intervir? Não havendo intervenções, a Assembleia apreciou o inventário, tomando conhecimento. -----

9º Ponto – Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Taxas e Preços da Freguesia de Mirandela e fixação do respetivo valor, ao

abrigo da alínea d) do n.º 1 do Artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Alguém quer intervir?

Gil Angélico (CDS-PP): ----- Renovo os cumprimentos. A nossa posição sobre esta revisão do regulamento de tabela de taxas será de abstenção e fundamenta-se num equilíbrio entre o reconhecimento da necessidade técnica de atualizar um documento com quase duas décadas e a nossa postura de discordância política quanto à forma como esta atualização é executada. Embora aceitemos que o modelo estrutural de 2008 precise de ser ajustado à realidade económica atual e à lei em vigor, não podemos abonar a opção de executivo em concentrar um hiato de 18 anos numa única atualização. -----

Ao não ter promovido ajustes graduais ponderados ao longo dos mandatos, a junta de freguesia apresenta agora uma fatura pesada que constitui um verdadeiro choque fiscal para as famílias e para o tecido económico local, precisamente no momento de grande pressão. -----

Abstemo-nos, portanto, que por entendermos que uma revisão necessária não pode ser feita de costas voltadas para a realidade social da freguesia, nem descarregar sobre o contribuinte de uma só vez quase 20 anos de falta de atualização administrativa. Obrigado. -----

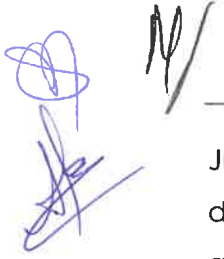
Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Mais alguém quer intervir? Passamos a votação? -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Posso? -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Sim, pode. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Vou passar a palavra ao tesoureiro para fazer os esclarecimentos sobre os Regulamentos de Taxa. -----

Filipe Nascimento (PS): ----- Então, renovo os meus cumprimentos a todos, de facto submetemos hoje a apreciação e votação deste Regulamento de Taxas e Preços da Freguesia de Mirandela. Esta proposta foi aprovada pelo Executivo da Junta de Freguesia na última reunião, depois de cumprir com o período legal de consulta pública de 30 dias, nos termos do artigo 101 do Código de Procedimento Administrativo. Importa começar por dizer que esta alteração não é uma simples atualização de valores, é uma revisão mais ampla, mais moderna e mais ajustada à realidade atual dos serviços prestados pela



Junta de Freguesia. O regulamento anterior, aprovado em 2022, teve o mérito de atualizar, pontualmente algumas matérias, mas manteve uma estrutura ainda limitada, sobretudo centrada em serviços administrativos, ocupação de espaço público, toldos, esplanadas, utilização da sala de formação e algumas matérias ainda pouco desenvolvidas. A proposta que agora apresentamos vai mais longe. Reforça a fundamentação legal, clarifica a distinção entre taxas, preços e outras receitas, atualiza serviços efetivamente custados pela junta e introduz-se uma base pública regulamentar mais clara para áreas como o setor dos florestais, a maquinaria, a limpeza de terrenos, a ocupação de via pública, as feiras, o mercado e os serviços operacionais. Há aqui uma preocupação jurídica e administrativa evidente, que acreditem que a Junta tem enquadramento, tem fundamento económico-financeiro e respeita os princípios da equivalência jurídica, da proporcionalidade e da transparência. Mas há também uma opção política muito clara, apoiar o comércio local e a restauração, que neste ponto permitam destacar medidas que são centrais.

A primeira é a isenção total da taxa de ocupação de espaço público por toldos. No anterior regulamento, os toldos tinham uma taxa anual por metro linear. Nesta proposta, esta taxa passa a zero. -----

A segunda é a redução significativa das taxas aplicáveis às esplanadas abertas. No regime anterior, a taxa era 5€ por m² por mês, com esta alteração, as esplanadas abertas passam para 2,25€ por m² por mês, apresentando uma redução superior a 50%. Estas medidas representam um verdadeiro alívio para os comerciantes e para a restauração. São medidas concretas, objetivas e com impacto direto da tesouraria dos agentes económicos locais. Ao mesmo tempo, esta proposta não compromete a sustentabilidade financeira da Junta, pelo contrário, atualiza e organiza melhor os preços dos serviços operacionais, designadamente os prestados pelos sapadores, a maquinaria, a varredora, a limpeza de terrenos e outros meios da Freguesia. -----

Portanto, não estamos perante um regulamento pensado apenas para cobrar, estamos perante um regulamento pensado para ordenar, planificar, modernizar, tornar mais justa a relação entre a Junta e os cidadãos, as instituições e os agentes económicos. Desta forma, propomos e apresentamos esta Assembleia de Freguesia à aprovação final desta terceira alteração do

regulamento, da Tabela Geral das Taxas, Preços e Outras Receitas sobre Mirandela. Obrigado. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Muito obrigado, sr. Tesoureiro só dar aqui 2 a 3 contributos. Acho que precisamos ler o regulamento, precisamos ver o que está lá e comparar o que custava. -----

Este regulamento prevê para o comércio local, prevê para o comércio local, um impacto direto no comércio a passagem de isenção completa de taxas de ocupação por toldos, que anteriormente era de 6 euros por metro de linear, 6 euros por metro de linear, teve uma redução de 100%. O regulamento prevê uma redução de mais de 50% da ocupação do espaço de esplanadas abertos, estava fixado no regulamento anterior em 5 euros e neste momento está em 2,25. -----

O regulamento prevê uma redução substancial, uma redução também importante para as esplanadas fechados. Passa para 3,5€ por saldo, não tenho bem certeza ou não, mas existe uma redução estrutural, o único aumento, o único aumento, o regulamento prevê o único, volto a repetir, o único aumento que o Regulamento prevê, é o aumento das declarações de atestados para não-residentes. Para não-residentes, sobretudo para a comunidade estrangeira, que muitas vezes nos procuram, para os atestados, e aí aumentamos, passamos 5 euros para 10 euros no atestado, mantendo o preço nos 3,5 euros para os residentes, isto é, para os que estão cá a morar. Todos juntos. Normalmente é a comunidade estrangeira que nos procura para a emissão de declarações. -----

A mantermos o regulamento anterior, só na feira, teve um aumento significativo. Só na feira, tem um aumento significativo. Fora, naturalmente, a ocupação dos toldos. Eu acho que transversalmente têm evoluções substanciais. Naquela cobrança do operador, que está ali a cobrar o toldo, vamos manter aquilo que é a ocupação dos toldos à frente de loja, naturalmente, mas os toldos e o impacto. Por ano, se calhar, as lojas pagavam 120 euros, ou 140 euros por ano. Só isso. E aí, deu uma redução substancial. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Carlos Esteves (PSD): ----- Posso fazer uma proposta ao Executivo e a Mesa? É que nestas taxas, se entenderem, colocar, anualmente, o aumento da inflação nestas taxas há uma medida que as taxas de inflação aumentam, mas não aumenta as taxas de aumento. Fica à proposta nessa mesa. -----



Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Ele, o regulamento, prevê o aumento da taxa de inflação. Tem de ser aprovado em reunião de junta essa taxa de inflação. Taxa de inflação aplicada pelo INE por 2,1%. -----

Se aumentarmos a emissão do atestado de 3,5 para 3,52 ou 3,55, qual o impacto disso possa ter, positivo ou negativo? Às vezes é mais difícil controlar essas variantes e fixá-las, não é? Fixá-las por valores mais standard. Mas nós mantemos, porque temos muitos idosos, nós temos muitos idosos que vêm aqui pedir provas de vida, que têm dificuldades, e estar a aumentar taxas a este grupo não me parece muito adequado, e pareceu-nos mais adequado para aumentássemos a taxa dos não-residentes, e isso sim. Temos tido muita procura, e aquilo que fizemos foi duplicar essa taxa para não residentes. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia (PSD): ----- posso só tirar aqui uma dúvida, Sr. Presidente. As taxas para as esplanadas exteriores têm algum limite pela extensão das esplanadas? É contabilizado o espaço que ocupa? -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Pode ser feito por duas formas. Neste momento a legislação permite que o operador económico faça a comunicação no balcão do empreendedor e ao próprio operador económico que diz que ocupa x%. ocupa 20 metros, 30, 40, e por aí fora. E depois cabe, neste caso, à junta emitir as taxas mediante a comunicação que ele faz. Mediante a comunicação que ele faz. -----

A outra via é a emissão da taxa, o consumo do pedido diretamente nos serviços e alguns já têm, por norma, áreas cíclicas. -----

E tem regras depois da ocupação do espaço, respeitar aquilo que é a ocupação da fachada, não se alongar, deixar distâncias para a passagem das pessoas, para a cadeira de rodas, para outras pessoas. Naturalmente, não tem regras específicas. Agora, é verdade, não é menos verdade, que muitos operadores, vamos chamar operadores, zonas de esplanadas abertas, às vezes se comunicam 10 e estão a ocupar 20. Sabem disso, não é? Depois vai-se lá, faz-se aquela pedagogia e voltam a reduzir. Depois volta meia-volta estão no mesmo, há essa dificuldade. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Mas, nesse caso, é cobrado, então, o valor, se a pessoa quiser manter, insistir e manter aqueles lugares? -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Não, se não vão vir regras do regulamento, não pode manter áreas maiores do que aquela situação que o regulamento permite. Não, não. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia (PSD): ----- A extensão da esplanada é em conformidade com a ordem do que está regulamentado. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- A esplanada da Sacoor tem uma área privada. Não sei se sabem, tem uma zona privada. Tem uma área associada àquele espaço. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Nós temos um mapa da área.

Presidente da Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Sim, eu sei. -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- E depois o operador faz um pedido de autorização, faz um pedido de ocupação para determinada área. E, por norma, tem cumprido aquilo que solicita, desde que, também é uma zona que não passa carros. Presidente da Assembleia de Freguesia: ----- Ok, obrigada. Mais alguma questão? Vamos votar então quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado, com 7 votos a favor dos membros que representam o partido PS e Amar Mirandela, 0 votos contra, 6 abstenções dos membros AD/PSD, CDS-PP e Chega, nesta Assembleia de Freguesia. -----

10º Ponto – Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Mirandela, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do Artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Quem quer intervir nesse ponto? -----

Gil Angélico (CDS-PP): ----- Reitero novamente os iniciais cumprimentos, dizer-vos apenas que, olhando para o regulamento que hoje está em votação e em apreciação, efetivamente o regulamento transversalmente parece-nos bem conseguido, parece-nos um regulamento bem estruturado e, portanto, na nossa posição o CDS-PP irá votar a favor. Este documento, como qualquer outro desta natureza, não é um documento estático, portanto, poderá ser algo de revisões posteriores. Cabe-nos a nós também, enquanto Assembleia, podemos

fazer contributos para tal. O Sr. Presidente também e o Executivo quando acharem conveniente e, portanto, venho-lhes dizer esta nota porque o documento parece-nos eficaz e desejamos o máximo de sucesso para esta nova Unidade Local de Proteção Civil. Obrigado. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Sr. Presidente, quer fazer algo? -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- Este é o regulamento vai associar à criação da Unidade de Proteção Civil, é uma unidade que está prevista na legislação com competências para as Juntas de Freguesias. Mais do que a junta de Mirandela a trabalhar, gostaria muito que as outras juntas pudessem ser motivadas para criar as suas estruturas próprias e que pudessem estas unidades serem abrangidas, agora, precisam é de financiamento e que não estar a pedir esse financiamento porque ela funciona um pouco como estrutura voluntária e que é muito pequena. Era só Sra. Presidente. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Então caso não haja mais nenhuma intervenção, nem esclarecimentos, passamos a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado, com 10 votos a favor dos membros que representam o partido PS, Amar Mirandela, Chega e CDS-PP, 0 votos contra e 3 abstenções dos membros do partido AD/PSD, nesta Assembleia de Freguesia. -----

11º Ponto – Outros assuntos de interesse para a Freguesia;

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Quem quer intervir? -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Eu quero. Posso fazer uma intervenção? -----

Eu gostaria primeiro de fazer aqui o elogio. Eu acho que nós temos, eu até sou a favor do livro de reclamações e o livro dos elogios. Faz falta também. Eu quero elogiar uma funcionária da junta, que é a senhora que faz a limpeza no meu bairro, no São Sebastião. Acho que é Sónia, penso eu. Quero deixar aqui o meu testemunho, que é uma pessoa corretíssima, quando vai limpar a relva do passeio, toca a campainha para que eu retire o carro para que não haja nenhum problema na minha viatura, com o cuidado que tem. E pronto,

simpática, muito correta e cordial, cumprimenta as pessoas. E, portanto, nós devemos elogiar também os funcionários que prestam bom serviço aos fregueses, às populações, e eu acho que cabe aqui, da minha parte, dar esse contributo. E agradeço que faça chegar. É o que eu digo, nós devíamos ter o livro dos elogios também. Eu acho que existe. -----

Gil Angélico (CDS-PP): ----- A Junta tem livro de reclamações online, permite selecionar a reclamação, sugestão ou elogio. No livro físico, nos atuais já permite nos antigos não. -----

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Quero também deixar aqui um elogio às colaboradoras da Junta, que são incansáveis, estão sempre disponíveis. -----

Eu acho que elas trabalham muito e têm nos ajudado muito e acho que até o funcionamento da Junta depende muito dela, independentemente do Executivo e da Assembleia da Freguesia ter o seu trabalho e as suas funções, mas dependemos muito das funcionárias, das colaboradoras que trabalham aqui, que estão sempre disponíveis e sempre que nos apresentamos para alguma questão, elas simpaticamente, alegremente nos ajudam. Portanto, ficam aqui os meus dois votos de agradecimento e, portanto, eu passo agora ao segundo período da intervenção aberta ao público. -----

12º Ponto – 2.º Período de Intervenção aberto ao público;

Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Quem quer intervir? -----

Carlos Esteves (PSD): ----- Está a ser aplicado, ou já foi aplicado, o fitofármaco na cidade. -----

Quero chamar a atenção disso porque tenho recebido várias chamadas de atenção qual o uso do produto que estão a utilizar. Deixar essa nota, porque eu não sou entendido na área, para terem a noção, estou a tirar o curso, portanto, não tenho grande informação sobre isso, ponderem a existência de outros métodos. -----

Se for possível, se for todas as situações, hoje é para estar aí duas pessoas para vir falar sobre esse assunto, mas eu não sou porta-voz, nem sou a pessoa mais indicada cientificamente para falar desse assunto. Deixar só a nota que tem sido apelada várias vezes pela aplicação, pelo uso da aplicação. -----



Francisco Pires (PS): ----- Já agora também queria perguntar ao Sr. Presidente, quem é que faz a aplicação dos produtos? Quem é que faz? Quem são as pessoas que fazem? A empresa. Exatamente, quem é que faz? -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- Muito obrigado pelo vosso contributo. Bom, quem faz a aplicação dos fitofármacos é a própria Junta que é a entidade aplicadora. Só que, primeiramente, é entidade a autorizar o aplicador pela DGAV. Tem uma autorização, tem um engenheiro técnico responsável, a quem lhe compete fazer as escolhas dos produtos e compete fazer o que é a dosagem dos produtos em termos de aplicação. -----

Eu entendo, nós entendemos muitas vezes que o método de aplicação dos fitofármacos, gera muita discussão, gera muita discussão sobre o próprio produto, se aplica, há uma coisa que nos garante, que os produtos são aplicados, são produtos próprios para os arruamentos. Agora também vos digo, não existe controle da herbácea neste momento com as soluções tecnológicas que temos. Não existe, aliás, vocês olham para a maioria das cidades, aqui à volta, Bragança, Vila Real, Macedo, e tem a mesma condução em termos de controle de vegetação. Exatamente o mesmo pensamento. Quem aplica são os nossos trabalhadores, nós temos duas equipas de aplicação e que têm o curso de aplicadores, os sapadores. -----

Francisco Pires (PS): ----- Fazem parte dos sapadores. -----

José Mendes (AM): ----- E também depende da maneira que é aplicada, se calhar. -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- Mas naturalmente, nós não contratamos uma empresa. Nós fazemos o serviço propriamente. Fazer a aplicação dos fitofármacos na cidade tem um custo superior a 30 mil euros. Tem um custo superior à 30 mil euros. E o que acontece é que, em termos de recomendação técnica, aquilo que é a competência. Nós deixamos os avisos nos arruamentos quando vamos fazer essa aplicação, passado 24 ou 48 horas, retiramos os avisos. Porque são 92 quilómetros de área para fazer essa aplicação. -----

Naturalmente, os sapadores pretendem também provar que são químicos, como usam os químicos na agricultura. É exatamente o mesmo princípio. Os produtos não diferem, não difere muito. Agora, temos de ter cuidado a aplicar com a regra de segurança que são devidas, o uso de manuseamentos

justamente como são devidos, dentro daquilo que são as práticas comuns. Se podem existir outros métodos em termos de controlo de herbácea, é claro que existem. Mas, lá está, são muito mais dispendiosos e vão requerer ainda mais mão de obra, que nos vai fazer falta. -----

Acho que eu respondi. Quem aplica? Nós temos duas equipas de aplicadores, quem aplica? São os sapadores. -----

Francisco Pires (PS): ----- E poupamos 30 mil euros com os sapadores? -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- 30 mil euros. Só nessa aplicação.

Francisco Pires (PS): ----- Só nessa aplicação. E os sapadores ficamos em 130.

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- Eles são financiados a 50%. -----

José Mendes (AM): ----- Já agora uma pergunta, também, sobre os sapadores. Os sapadores florestais, se usam, portanto, e também vão fazer trabalhos para outras freguesias? -----

Presidente de Junta de Freguesia (PS): ----- Sim, está vertido no regulamento. -----

Marisa Aranda: ----- Excelentíssima Sra. Presidente da mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente, cumprimentos a todos. A minha questão vinha precisamente no seguimento aqui da intervenção do Carlos e porquê? como deve ter estado atento no Conselho Municipal da Agricultura, falou-se precisamente nesta questão. Ou seja, aqui, do meu ponto de vista, não é a quantidade que faz resultados, é a qualidade. E uma questão que lá foi colocada por um senhor conselheiro, que efetivamente é técnico nesta área e dá inclusivamente formação, é a aplicação indevida e de má qualidade destes produtos. Nomeadamente, a falta e até ausência de utilização dos equipamentos de proteção individual por parte dos funcionários que fazem essa aplicação. Outra questão que foi lá colocada, Sr. Presidente, tem a ver com o corte das árvores. Isso até pode ser comum em todos os conselhos que referiu. A questão é que aquilo que foi dito lá, também, e como deve ter estado atento, porque é uma questão também que é pertinente para a própria Junta de Freguesia, é que efetivamente esse corte está a assassinar as nossas árvores em Mirandela. Mas já percebi que não ouviu o Conselho Municipal da Agricultura, mas há de ter estado em articulação com o Sr. Presidente da Câmara, porque ele foi chamado à atenção precisamente por esses aspetos. Também já percebi que não houve qualquer articulação e também quero perceber qual é o resultado



das reuniões que fazem com o Executivo e as Juntas de Freguesia, porque há de ser para discutir estes assuntos que são levantados nos Conselhos ou que são levantados noutros órgãos. Outra questão que eu tenho aqui para colocar tem a ver precisamente com os caminhos, com a limpeza dos caminhos. Nós aprovámos em assembleia um valor excecional para a compra ou o término de compra da máquina famosa para a limpeza dos caminhos e eu gostava de perceber qual é a utilidade que pode ser dada a essa máquina? E só a junta de freguesia de Mirandela beneficia? Ou as outras juntas de freguesia beneficiam também? E já agora, o investimento que é feito na formação dos sapadores para usarem todos estes produtos? -----

Porque a mim o que me parece que há aqui questões que são tratadas com alguma leviandade e alguma superficialidade quando não deveriam estar a ser. Relativamente ao resto, não vou pronunciar porque não vi a documentação. De hoje em diante vou passar a consultar. Não sei como, mas ei-de lá chegar. Só uma questão que me ficou e se me é permitido em relação ao regulamento das taxas. Falou aí no incumprimento às vezes de determinadas esplanadas. A questão que eu coloco é, pronto, nós vamos lá uma vez e dizemos simpaticamente, olha tens cumprido, até porque são geralmente pessoas conhecidas, digo eu, A questão é, quando a pessoa não cumpre uma vez, duas vezes, três vezes, o que é que acontece? Estão previstas coimas no regulamento? Pronto, são mesmo assim as questões. Obrigada. -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- Muito obrigado. -----

Realmente chegou-nos a nós, eu não tenho assento no Conselho Municipal de Agricultura eu não tenho o assento, mas tanto o Sr. Presidente como o Sr. Chefe de Gabinete fizeram-me chegar com uma preocupação que tinha a ver com a utilização do equipamento de proteção individual. A nossa resposta foi, eu solicitei o extrato da informação, de certidão, para perceber, para ouvir escrito o que é que tinha dito o Sr. Conselheiro, que eu sei quem é atualmente, para perceber o que é que foi dito, para entender se existe algum problema da nossa parte ou não, possamos corrigir. E aquilo que eu respondi é que, no seguimento da vossa comunicação e resposta às questões solicitadas em certo Conselho Municipal, eu cumpro informar vossa excelência que a Junta de Freguesia de Mirandela pauta a sua atuação pelo estrito cumprimento das novas regras de segurança em rigor, no que concerne à limpeza urbana e à aplicação de

produtos fitofarmacêuticos, somos uma entidade devidamente autorizada para o efeito, cumprindo escrupulosamente a legislação delegada. Para garantir o rigor técnico e a assecuração das exportações, a Junta dispõe de um apoio técnico, assegurado por um engenheiro com especialidade, nesta área. É sob orientação que solucionamos os procedimentos de trabalho, a adequação de equipamentos de aplicação e garantir a obrigatoriedade dos respetivos equipamentos de proteção individual. Agora recordo-me, nós quando entregarmos os equipamentos de proteção individual, os trabalhadores assinam um documento em como assumem a responsabilidade da utilização desse equipamento. -----

Marisa Aranda: ----- E essa é a sua resposta por diálogo, mas responde muito pouco às questões que foram colocadas diretamente. -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- É dar a informação, e normalmente eles têm um chefe de equipe, a quem cabe o controle e a verificação de algum incumprimento que possa, e se houver essa necessidade, chamar a atenção, verificar, dar outra informação, etc. Eu desconheço, e ainda não me fizeram chegar, em concreto, se o trabalhador não tinha o equipamento de proteção individual, porque eu também já, eu próprio, já passei junto com os trabalhadores que não estavam com EPI. O que é que eu fiz? Falei com eles, tentei-os abordar de uma forma pedagógica, para que eles pudessem utilizar vivamente o equipamento de proteção individual. Devem imaginar, são muitos trabalhadores, e às vezes nem todos podem cumprir as regras que estão estipuladas. Eu creio que houve uma questão sobre o tipo de equipamento que podia ser utilizado. Eu desconheço, os equipamentos que estão utilizados cumprem as normas técnicas, que, pelo menos, tem sido esse o nosso cuidado. E tentámos aferir, ainda tentámos perceber em concreto o que é que seria. Seria só da não utilização de equipamento de proteção individual, seria outra questão. Estou à espera ainda da certidão. Estou à espera da certidão, para depois responder. Respondi exatamente como colocar essa questão. Outra questão, que como estou a ver, são das árvores, não é? Da gestão do arvoredo não está na nossa esfera em termos de responsabilidade na cidade. Está com uma comissão de gestão do arvoredo urbana. -----

Não somos nós que estamos a fazer gestão do arvoredo na área urbana. É uma comissão técnica, a quem cabe realizar os trabalhos de intervenção nas podas,



da sua limpeza. Eu, por acaso, sou uma pessoa muito defensora de uma poda muito preventiva em setembro, outubro e novembro. Infelizmente, nós temos muitos mirandelenses que nos procuram exatamente para resolver essas questões. Em relação à utilização da máquina, a utilização dos equipamentos, naturalmente nós fazemos uma utilização da introdução às nossas necessidades, como temos feito ao longo do ano. Ela destaca uma série de horas de trabalho e tem feito um esforço, tem feito muito trabalho sobretudo na Freguesia, apoia também alguma gestão de combustível mais pesada na Serra dos Passos, porque tem a ver com o serviço público, que é financiado pelo Estado, e quanto mais depressa concluirmos o serviço público com maquinaria pesada, com mais facilidade eles vão libertar para outras tarefas, nomeadamente a limpeza urbana, porque, contrariamente ao que o nosso membro Carlos fala, eles têm dois componentes em termos de conteúdo funcional tanto trabalham na área da floresta, como trabalham na área da limpeza urbana. E precisamente essa área, que fazem muitas horas de trabalho aqui na cidade, nos garante que muitas vezes as situações estão resolvidas nessa componente, que é muito difícil. E agradeço que vocês também façam aquilo que são as sensibilizações junto à nossa comunidade. Que às vezes não é fácil. Obrigado. -----

Marisa Aranda: ----- Quanto à questão da formação, senhor presidente?

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- A formação é a formação do aplicador, é uma formação que é certificada das entidades locais. Eu não sei se existe algum conflito entre as entidades locais que dão esse tipo de formação. -----

Marisa Aranda: ----- É possível que exista. Político, nomeadamente. -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- Pois, não sei se existe. -----

Marisa Aranda: ----- Eu já percebi que há pouco tempo no Conselho de Agricultura. -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- Não sei se existe algum tipo de

Marisa Aranda: ----- Por isso é que algumas questões, às vezes, não se dão tanta relevância como outras. -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- Mas eu não sei se existe algum conflito, porque determinadas pessoas podem fazer formação em determinada empresa ou determinada entidade. Há uma coisa que nós temos de garantir,

temos de garantir, temos de garantir a formação aos trabalhadores nas entidades que são certificadas. Esse é o primeiro princípio. Se possível, se possível, ou na área menos possível da junta, que é encontrar formação financiada, é isso que muitas vezes nós estamos a procurar, mas agora os nossos trabalhadores têm, a maior parte, se calhar, 70%, têm formação de aplicação de fitofármacos. É por isso que eu digo, se encontrarem alguma questão em concreto, eu agradeço que a façam chegar, para tentar também perceber se há algum problema ou não. Por isso que eu pedi ao seu Chefe de Gabinete para nos enviar para começarmos a aferir. Uma questão muito vaga, não usam equipamentos de proteção individual. Eu preciso de saber data e hora. Se eles têm uma janela temporal de 5 dias da semana, a trabalhar em 6 horas por dia.

Marisa Aranda: ----- Aqui é que está. É mesmo essa. É precisamente esta fala da articulação que existe. O tempo que o madeira, entre as perguntas e as respostas, passou o tempo da aplicação? Passou o tempo para conferir se efetivamente o produto dá a ser devidamente aplicado ou não? -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- Deixe-me só atalhar, o seu chefe de gabinete ligou-me nesse dia. -----

Marisa Aranda: ----- Sim. -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): ----- Ligou-me nesse dia. Eu, nesse dia, tentei aferir os trabalhadores o que é que tinha acontecido, o que é que se tinha passado. A mim não me reportaram nenhum problema. Aliás, nenhum problema. Estariam a utilizar os equipamentos de proteção individual, estariam a fazer corretamente a aplicação. -----

Portanto, eu não posso encontrar situações anómalas onde elas possam não existir. Não o invento, se eles estão a dizer que não, se utilizaram os equipamentos, se realizaram corretamente a aplicação, o que é que eu posso fazer? O que é que o Presidente pode fazer? A nossa responsabilidade é, não! A nossa responsabilidade é aferir os trabalhadores, olha, o que é que aconteceu, o que é que se passa? Falar com os responsáveis. E, nesse dia, eu tive esse cuidado, de forma informal, naturalmente. Tive esse cuidado, o que é que se passou com esta aplicação, também já me disseram que a aplicação, ao invés de estar a aplicar, vamos imaginar, 50 centímetros, estaria a aplicar a 1 metro. -----

Quer dizer, não consigo referir, mas eu acho que há outros fatores. E não só propriamente os EPIs ou as aplicações sobre estas questões. Mas deixo isso para mim. -----

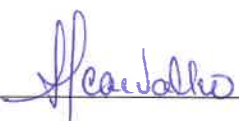
Presidente de Assembleia de Freguesia (PSD): ----- Não havendo mais nada, declaro encerrada a sessão. Obrigado. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

No final da sessão foi aprovada por unanimidade a ata em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. A presente ata é submetida a aprovação nos termos do n.º 2 do mesmo artigo e vai assinada pela Senhora Presidente da Mesa e pelos Senhores Secretários. -----

Resta-me agradecer a presença de todos dando esta sessão por encerrada. –

A PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA FREGUESIA



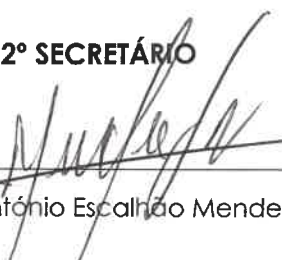
(Maria Antónia Albuquerque de Carvalho)

1º SECRETÁRIA



(Cátia Sofia Ferreira Batista)

2º SECRETÁRIO



(José António Escalhão Mendes)
